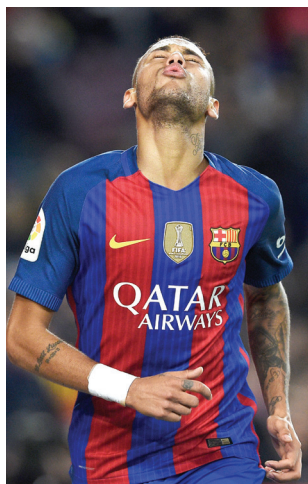


A Semana

As pedaladas fiscais de Neymar

A rumorosa contratação de Neymar pelo Barcelona, iniciada sob sigilo, em 2011, quando ele ainda estava no Santos, e concretizada em maio de 2013, pode valer ao jogador dois anos de prisão, se a Audiência Nacional de Espanha – um tribunal especial que trabalha em paralelo com a Suprema Corte – aceitar a denúncia apresentada na quarta-feira 23 pelo promotor José Peral. Outro envolvido na fraude fiscal que desviou 38 milhões de euros (136 milhões de reais), a diferença entre os 95 milhões de euros que o Barcelona efetivamente pagou e os 57 milhões de euros declarados ao Fisco, é o ex-presidente do clube Sandro Rosell. A acusação pede pena de cinco anos para Rosell. Também no Brasil Neymar enfrenta dores de cabeça com a Receita Federal. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) está para julgar uma ação que cobra do craque, na pessoa física, 192 milhões de reais por patrocínios e prêmios.



Lorenzoni exhibe o relatório da rendição que, no plenário, virou letra morta

Corrupção/ A hipocrisia do caixa 2

Moro e o MP chantageiam para salvar o breviário de sua Inquisição

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados convocada, em teoria, para apertar o cerco à corrupção está resultando naquilo a que – jogo de cena à parte – ela de fato se destinava: aliviar a vida dos políticos envolvidos com a corrupção. O relatório votado na quarta-feira 23 subiu no telhado ao ser levado a plenário na quinta-feira 24. A decisão final acabou adiada para a próxima terça-feira 29.

Do conluio acertado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com as lideranças dos principais partidos (PDMB, PSDB, PSB, PT) e sob as bênçãos de um governo Temer cada vez mais submetido à decomposição ética, despontou o “acordão” que anistia o caixa 2 das campanhas eleitorais e, assim, pode tornar sem efeito as delações que ameaçam fazer terra arrasada da classe política – à frente, a megadelação que 80 executivos da Odebrecht começaram a assinar esta semana junto aos investigadores da Lava Jato, incriminando a fina flor do governo e do Congresso.

A hipocrisia passeia por todo o episódio. Os “dez pontos contra a corrupção” que a tal Comissão Especial, cujo relator foi Onyx Lorenzoni (DEM-RS), discutiu foram

destilados por um Ministério Público ansioso em implantar no Brasil a risonha volta da Santa Inquisição. De corrupção, aliás, o DEM de Lorenzoni sabe muito.

Simulando valentia, o relator acabou por sucumbir à pressão do Judiciário, que despatchou para a Câmara uma matilha de procuradores os quais, a pretexto de salvarem a Lava Jato e similares, pretendia fazer dos magistrados uma casta à margem da lei, sem responsabilidade alguma por suas frequentes arbitrariedades. Até o juiz Sergio Moro aderiu à chantagem, com uma nota divulgada enquanto o plenário da Câmara exercia sua prerrogativa de decidir a questão.

O relatório do parlamentar gaúcho chegou a ser aprovado, mas o “acordão” costurado por Maia naquela mesma madrugada neutralizou a fanfarronice de Lorenzoni. Hipocrisia há também na artimanha dos que tentam fugir da Justiça: o perdão ao recorrente vício do passado procederia, dizem eles, da decisão de criminalizar o caixa 2 a partir de agora. “Não tem anistia para crime que não existe”, argumenta Maia. A Lava Jato já prendeu e condenou um considerável número de suspeitos de caixa 2. Já que eram ligados aos governos do PT, para eles, sim, havia crime. As painéis, em sua irritação seletiva, mantêm-se silenciosas.

MARCELO CAMARGO/ABR. JEAN-PHILIPPE KSIAZEK/AFP. EITAN ABRAMOVICH/AFP E LUIS GENE/AFP

30.11.16

Europa/ Aposta em cavalo errado

A direita francesa quer enfrentar o populismo com um ultraliberal



Populismo. A ortodoxia neoliberal de Fillon pode ser um suicídio político

de Jacques Chirac. Liberais e conservadores aclamam a “derrota do populismo”, mas o processo envolveu uma fração bem atípica de menos de 10% do eleitorado. O resultado diz menos sobre as chances de Fillon derrotar Marine Le Pen em maio de 2017

As prévias do centro-direita francês excluíram o pré-candidato Nicolas Sarkozy, cuja campanha xenófoba rendeu 21% dos votos. Com 44%, seu ex-premier François Fillon, admirador de Margaret Thatcher que promete demissão de funcionários e é contra a semana de 35 horas, o aborto e o casamento homossexual, é agora o favorito contra os 28% do centrista Allain Juppé, ex-premier

do que a vitória de Hillary Clinton nas primárias democratas dos EUA sobre as suas de vencer Donald Trump.

Enquanto isso, na Alemanha, Angela Merkel confirma oficialmente sua candidatura a um quarto mandato como chefe de governo. As chances de surpresas desagradáveis ainda parecem menores nesse país, mas muita água correrá debaixo da ponte até setembro de 2017.



Hail Trump

As novas escolhas de Donald Trump para seu gabinete confirmam a impressão de um governo de ultradireita. Para a Segurança Nacional, o general islamóforo Michael Flynn, que vê um “componente doentio” no Islã, e, para a CIA, o deputado Mike Pompeo, para o qual o terrorismo é uma “batalha do Islã contra a Cristandade”. Na Justiça, o senador Jeff Sessions, racista, inimigo declarado dos direitos dos homossexuais e arquiteto de medidas anti-imigrantes. Na Educação, a bilionária Betsy DeVos, cujo projeto é abolir a educação pública. Só destoa um pouco a governadora republicana da Carolina do Sul, Nikki Haley, que é de origem indiana, promoveu certa diversidade e aboliu o uso oficial da bandeira confederada. O suficiente para que os neonazistas que saudaram “Hail, Trump” se digam decepcionados.

ARGENTINA/TANGO MALANDRO

MACRI QUER PUNIÇÃO DE CRISTINA POR PREJUÍZO QUE ELE MESMO PROVOCOU



Impulsionada pela maxidesvalorização e pelos tarifários, a inflação nos 11 meses seguintes à posse de Mauricio Macri foi de 42% e não dá sinais de desacelerar. A inflação de outubro foi de 2,9% e o ano deve fechar em 46%, ante 24% nos últimos 12 meses de Cristina Kirchner, segundo o insuspeito Índice da Cidade

de Buenos Aires, e o endividamento aumentou em 53 bilhões de dólares, basicamente para cobrir despesas correntes. O confronto trabalhista, intensificado pelas demissões em massa e pela perda de poder aquisitivo dos salários, começa a se acirrar pela pretensão do governo de abolir os acordos coletivos.

Enquanto isso, Macri, que diz já pensar em reeleição, se esforça para enviar Cristina à cadeia, processada por medidas para sustentar o câmbio que só causaram prejuízos ao Estado por causa da máxi que ele mesmo provocou e com a qual lucraram ele e outros partidários que apostaram no dólar nos dias anteriores à eleição.